

# Psicologia Social: alguns princípios fundantes de uma trajetória acadêmico-política

*Social psychology: some founding principles of an academic-political trajectory*

Ângela de Alencar Araripe Pinheiro<sup>1</sup>



## Resumo

O texto procura deixar claro, de início, o lugar de onde fala a autora e de que concepção de Psicologia Social está falando. Em seguida, o artigo se propõe a apresentar, para discussão, alguns princípios fundantes da trajetória da autora, em sua vivência acadêmica e ação política, no âmbito da Psicologia Social. Traz, ainda, elementos para uma diferenciação entre Psicologia Social Psicológica e Psicologia Social Sociológica. Ao final, busca explicitar os limites e possibilidades da concretização da concepção de Psicologia Social adotada, articulando-a com significações de utopia e de ética.

Palavras-chave: **Psicologia Social. Psicologia Social Psicológica. Psicologia Social Sociológica. Psicologia Sócio-Histórica. Utopia.**

## Abstract

This text intends initially to clarify the location where the author is and the conception of Social Psychology. Then, the article discusses a few founding principles of the author's trajectory, both in the academic and political scenarios, under the Social Psychology perspective. It also brings differentiating elements for the Psychological Social Psychology and Sociological Social Psychology. At last, presents the limits and possibilities of the conception of the adopted Social Psychology, making connections with utopia and ethics meanings.

Keywords: **Social Psychology. Psychological Social Psychology. Sociological Social Psychology. Social-historical Psychology. Utopia.**

## O lugar de onde falo

Antes de qualquer outra dimensão de minha identidade pessoal e social, quero me colocar, com o deleite de o fazer, citando Fernando Pessoa, como uma pessoa que:

*Pela imensa constelação*

*Do céu dobrado e profundo*

*Os meus pensamentos vão*

*Buscando sentir o mundo.* (Fernando Pessoa)

Ademais, reconheço-me como afeccionada pela temática da Psicologia Social, o que se reflete em minha

trajetória profissional, marcada tanto pela atuação acadêmica neste campo da Psicologia, como pela vivência constante que venho acumulando, particularmente na área de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Sua concretização vem se dando, principalmente, através de minha participação no Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC/UFC). Além disso, tenho feito algumas incursões no movimento sindical docente, através da ADUFC-SS (Associação dos Docentes da UFC, Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional), e nas ações de promoção de direitos humanos, de maneira mais ampla.

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia (UFC), Mestra em Psicologia (UnB). Professora do Departamento de Psicologia e integrante do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC) da Universidade Federal do Ceará. Mailto: apinheiro@secrel.com.br. BOBBIO, N. et alii. Dicionário de política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999, v. 1 e 2.

## De qual compreensão de Psicologia Social estou falando?

Quero deixar tal compreensão a mais clara possível, considerando a habitual falta de precisão sobre o seu objeto de estudo, como são exemplos o estudo de grupos, estudo das massas, do comportamento dos indivíduos quando em presença imediata de outros.

Para tanto, tomo como referência o pensamento de duas estudiosas brasileiras: Maria da Graça Gonçalves e Ana Bock (2003, p. 41):

*“A Psicologia Social está aqui compreendida como o estudo, no âmbito da Psicologia, dos fenômenos sociais na sua dimensão subjetiva. Interessa a essa área compreender os fenômenos sociais a partir da análise da subjetividade, que vai sendo constituída ou modificada no decorrer da atuação e inserção social dos sujeitos e, ao mesmo tempo, vai constituindo os fenômenos”.*

Explícito, portanto, que sou portadora de uma posição crítica quanto às construções teóricas e às práticas de Psicologia Social, adotando uma concepção histórica e que desnaturaliza fenômenos sociais e a relação entre indivíduo e sociedade.

## Princípios Fundantes

Do lugar de onde falo, faço-o a partir de alguns princípios que vêm norteando minha trajetória no âmbito da Psicologia Social. Um deles, o lugar da crítica, a que acabo de me referir, denomino-o de exercício da reflexão e da crítica, da prática e da reflexão sobre a prática, acadêmica e/ou política, exercício que reconheço de caráter processual. Este exercício constante tem-me trazido, pouco a pouco, entre limites e possibilidades, a capacidade de pensar o mundo, de desvendar a realidade, com renovados elementos substantivos, com atualizações constantes de categorias, com um olhar talvez mais abrangente, que inclui dúvidas e lacunas a perder de vista, respostas por vezes longínquas ou mesmo inalcançáveis, na construção cotidiana da prática em Psicologia Social. Compartilho, contudo, com o pensamento de Cornelius Castoriadis (1987, p. 252), quando o filósofo afirma:

*Que não haja saber rigoroso sobre a sociedade não quer dizer que não haja nenhum saber sobre a sociedade, que se possa falar de qualquer coisa, que tudo dê na mesma. Existe uma série de saberes parciais e “inexatos” (no sentido em que isso se opõe a “exatos”) que estão, não obstante, longe de serem*

*desprezíveis quanto à contribuição que podem fornecer à nossa tentativa de elucidar o mundo sócio histórico.*

Penso que, desde os meus idos de estudante de graduação em Psicologia, sempre tenho me sentido intrigada e instigada pelo campo da Psicologia Social. Até hoje, passados mais de 25 anos, ela é uma área que se mantém aberta, escancarada, por assim dizer, para mim; são inúmeros os questionamentos, as indagações, bem como a determinação de prosseguir na busca do aprendizado, e, mais ainda, da construção do saber no campo da Psicologia Social.

Como indagação primeira, no sentido de ponto de partida – e de chegada –, para percorrer trilhas e veredas teóricas, de investigação e da práxis, venho refletindo sobre o papel do(a) Psicólogo(a) – e da Psicologia, na realidade sócio-histórica em que nos inserimos, no complexo e tantas vezes esgarçado tecido social brasileiro. Idéias de Martin-Baró (1985) têm me permitido traçar algumas delimitações para esta reflexão, quando o autor nos sugere que antes de perguntarmos sobre o quefazer específico do psicólogo, devemos voltar nossa atenção para esse contexto [latino-americano], sem presumir que o fato de fazermos parte dele torna suficientemente conhecido ou que nele viver o converte, automaticamente, no referente de nossa atividade profissional (p.1.).

Martin-Baró associa tal idéia uma pergunta-chave, ao propor que nos indaguemos “para onde vai, levado por seu próprio peso, o quefazer psicológico; que efeito objetivo a atividade psicológica produz em uma determinada sociedade” (M-BARÓ, s/d, apud BARÓ, 1985, p. 4). Finalmente, M-Baró sintetiza que o papel do psicólogo, o horizonte primordial da Psicologia, deve ser a conscientização, que “o quefazer do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade” (p.7, grifos no original).

Inspirada, ainda, em Baró, compartilho com vocês algo que me intriga e, ao mesmo tempo me deixa indignada, em relação ao posicionamento que temos amiúde assumido, profissionais de campos os mais diversos, particularmente da Psicologia: convertemos o contexto social numa “espécie de natureza, um pressuposto inquestionado, frente a cujas exigências ‘objetivas’ o indivíduo deve buscar a solução para seus problemas, de modo individual e ‘subjetivo’” (p.5).

Tal alerta permite-me articular uma referência norteadora de minha compreensão ampla do mundo,

mais especificamente do mundo social, ao tomar como pressuposto a concepção de que, no mundo social, nada é natural, tudo é construído. No entender de Bock (2001: 29), a Psicologia tem naturalizado o que é social. Uma das manifestações de tal “naturalização” concretiza-se no padrão de normalidade. Eminentemente social, passa a representar o “natural” do desenvolvimento Humano. Prossegue Bock: “no que é natural não cabe interferência do homem; cabe registrar e diferenciar. Assim, as diferenças entre os homens, tomadas como naturais, tornaram fonte ou justificativa das desigualdades sociais”. A propósito, refiro-me a marcas culturais que identifiquei ao mergulhar na História social brasileira: a exclusão, a hierarquia e a dominação (Pinheiro, 2001). Numa ampliação da afirmativa de Bock, permito-me afirmar que temos “naturalizado”, nas relações urdidas em nosso tecido social, tais marcas culturais, contribuindo todas elas para aprofundar cada vez mais as desigualdades sociais no país.

Remi Lenoir (1996, p.64) nos apresenta uma síntese de todas essas idéias, ao afirmar: “Os princípios de classificação do mundo social, até mesmo os mais naturais, referem-se a fundamentos sociais”.

Idéias de Castoriadis (1982, p. 354-355) permitem-nos aprofundar o conteúdo dessa afirmativa de Lenoir:

*(...)a menos que se ignore integralmente o que é a psique e o que é a sociedade, é impossível desconhecer que o indivíduo social não se desenvolve como uma planta, mas é criado-fabricado pela sociedade, e isso sempre mediante uma ruptura violenta daquilo que é o estado primário da psique e suas exigências. E uma instituição social, sob uma forma ou sob outra, sempre será responsável por isso. (...) Temos o direito de imaginar o que quer que seja quanto às transformações das instituições da sociedade; mas não esta ficção incoerente segundo a qual a entrada da psique na sociedade poderá alguma vez ocorrer gratuitamente. O indivíduo não é fruto da natureza, mesmo tropical; ele é criação e instituição social. (Grifos meus)*

Além de contribuir para a compreensão da construção do sujeito, abordando sua relação com a sociedade, Castoriadis (1987, p. 232) também o faz em relação à própria sociedade:

Toda sociedade é um sistema de interpretação do mundo. E, ainda aqui, o termo “interpretação” é medíocre e impróprio. Toda sociedade é uma construção, uma constituição, uma criação de mundo, de seu próprio mundo. Sua própria identidade nada mais é que esse

“sistema de interpretação”, esse mundo que ela cria. (Grifo no original)

Tal pressuposto, por certo, tem se feito presente, com veemência, em minha busca por elementos que apóiem a(s) interpretação(ões) que venho formulando sobre o mundo social.

Ao reconhecer fundamentos sociais nos princípios de classificação do mundo (social), abandono a segurança que explicações advindas de determinantes biológicos, dos limites decorrentes dos padrões de normalidade-anormalidade que por muito tempo me acompanharam – como frutos principalmente no início de minha formação profissional. Sei que escolho o terreno bem menos sólido, do ponto de vista da ciência tradicional – mas, por certo, bem mais fértil: de expandir meu olhar, fazendo-o atento às transformações contextuais de caráter sócio-histórico do mundo social.

Berger e Luckmann (1985, p. 11) são, por certo, categóricos, quando postulam que a realidade é construída socialmente. Remetem-nos, de imediato, à participação dos sujeitos na construção da realidade, ao mesmo tempo em que somos por ela construídos. É na dinâmica desse processo, na dialética dessa construção, que localizo um dos pilares para a atuação teórica e prática da Psicologia Social.

Reconheço-me, portanto, sujeito de História e da História, com todas (a)venturas que se fazem peculiares a tal atributo do estar no mundo. Em outras palavras, sinto-me abrindo mão da cômoda – mesmo que insípida – condição de espectadora, de testemunha da história, para o responsável – porém vívido – lugar de participe da complexa tessitura social em que me insiro, na dupla condição de construtora e construída. Vivendo tal tensão, penso que transbordo a condição de investigadora distante da realidade sobre a qual reflito, nela me sentindo efetivamente inserida.

Lembro, por ser oportuno a, afirmativa concisa, porém complexa, de Castoriadis (1992, p.111-112) sobre a História:

*“não compreendo aí somente a História feita, mas também a História que está sendo feita, e a História a ser feita.. [...] A história é o domínio em que o ser Humano cria formas ontológicas [...] não há instância extra-humana responsável, em último caso, pelo que se passa na História; não existe verdadeira causa da história; nem autor [não humano] da História. [...] Podemos contribuir para que o que é seja de outra forma. Não podemos mudar o que foi, contudo podemos mudar o olhar sobre o que foi – olhar que é*

*ingrediente essencial (embora, na maioria dos casos, não conscientemente) das atitudes presentes”.*

Neste multifacetado estado de tensão, as “certezas” de uma determinação biológica ficam relegadas ou mesmo refutadas, cedendo lugar a um processo de construção histórica, desprovido da delimitação própria às relações de causa e efeito.

No ser humano, predominantemente tratado pela Psicologia, de forma ampla, e mesmo pela Psicologia Social, na delimitação de ser biológico e ser social – com as conseqüências analíticas e das práticas psicológicas que tal delimitação carrega - reconheço, ao caminhar pela trilha analítica escolhida, novas singularidades; trata-se também de um ser histórico e de um ser cultural. Dito de outra forma, o ser humano é um ser sócio-histórico. Tal reconhecimento traz, igualmente, conseqüências nas investigação e na prática da Psicologia Social.

A concepção do comportamento humano como histórico implica na sua compreensão, a partir do contexto histórico em que se produz, e no reconhecimento dos condicionamentos sócio-históricos, na construção do conhecimento psicossocial (Estramiana, 1998). E, ao pensar no contexto. O faço-o em dimensões amplas, incluindo, além de elementos psicológicos, aspectos econômicos, políticos e ideológicos.

## História e Linguagem

Para abordar uma outra categoria alicerçante para a Psicologia Social, como a concebo, lanço mão, uma vez mais, das elaborações teóricas de Castoriadis (1982, p. 168), em sua abordagem sobre a relação entre História e Linguagem, fundante, sem dúvida, para a compreensão do processo de comunicação do ser humano como ser cultural e, ao mesmo tempo, das dinâmicas constitutivas e constituídas do mundo social:

*“[...] pois só existe História porque os homens atuam e cooperam num meio simbólico. Mas esse simbolismo é ele próprio criado. A História só existe na e pela “linguagem” (todas as espécies de linguagem), mas essa linguagem ela se dá, ela constitui, ela transforma”.* (Grifos no original)

E Castoriadis aponta a questão histórica por excelência: a gênese do sentido, a produção de novos sistemas de significados e de significantes. Tal questão faz-me reafirmar e solidificar o sentido que venho

atribuindo à História, como contínua, mas não linear (BERNARDES, 1998, p. 20). É, fundamentalmente, a História fazendo-se. Simultaneamente, sinto consolidado o pressuposto que me acompanha: o de tomar a realidade construção simbólica, com diferentes impactos na conduta dos sujeitos sociais, idéias que respaldo, também, no pensamento expresso por Estramiana (1998).

É substantiva a contribuição de Vygotsky (1979; 1984) para aquilatar o papel da Linguagem na dinâmica do mundo social. Destaco suas formulações referentes à linguagem como instrumento que permite ao Homem simbolizar e, em conseqüência, superar o desenvolvimento natural, atingindo o desenvolvimento cultural, essencial em seu processo de hominização.

Em consonância com o pensamento de Vygotsky, por meio da Linguagem – pela via do simbólico – somos capazes de antecipar nossa própria ação, planejá-la. A Linguagem é, portanto, instrumento essencial de mediação na atividade humana. Em outras palavras, planejar a atividade se faz possível tão somente pela Linguagem. Ela permite, outrossim, a atividade reversa, ou seja, a que se volta para a modificação interna do Homem, uma mediação, assim, transformadora do próprio Homem, em seu processo de construção do sujeito. A atividade reversa, possibilitada pela simbolização via Linguagem, não modifica o ambiente, como o faz o instrumento, mas transforma o Homem – transformando o instrumento em signo – para que o Homem, transformado, possa transformar o ambiente.

Trata-se, portanto, de uma atividade mediadora, uma função peculiar ao desenvolvimento cultural – exclusivamente humano –, posto que o signo é construído nas relações culturais, envolvendo, necessariamente, a relação com o outro. As idéias de Vygotsky contribuem assim para a compreensão da possibilidade que porta o ser humano de significar, de simbolizar, enfim, de representar. E Vygotsky classifica tal atividade mediadora como um processo histórico.

Finalmente, na articulação entre História e Linguagem, parece-me relevante destacar que Vygotsky considera que toda linguagem é social, posto que significativa; e o significado é construído socialmente. Ademais, para o autor, a Linguagem, como processo histórico, está em permanente transformação, assim como o desenvolvimento e o próprio humano.

Incidindo o olhar na relação entre História e Linguagem, sob o pensamento de Vygotsky, parece mais



esclarecido seu caráter processual e, outrossim, a condição de ser cultural e de ser histórico do Homem, submetido também a um contínuo processo de transformação, ao mesmo tempo em que participa do processo de transformação do mundo social em que se insere.

Compreendo, assim, que as marcas culturais dos contextos sócio-históricos não de ser consideradas nas investigações, reflexões e práticas efetivadas no âmbito da Psicologia Social, quando sobre ela assumimos uma postura crítica e de crítica, contínua e profundamente.

### **Sujeitos sociais: da História e de História**

Como consequência de me reconhecer como sujeito da História e de História, atualizo, ou mesmo ressignifico, o objeto da Psicologia Social: pensar as relações sociais, a interação social, categoria básica, no meu entender, para esse campo teórico-metodológico da Psicologia, exige-me, desde então, alargar meu olhar investigativo sobre o mundo social, incluindo elementos presentes no contexto sócio-histórico em que se dão as relações sociais em que estão inseridos os sujeitos sociais.

Ao considerar o contexto sócio-histórico, remeto-me, necessariamente à História social, atentando, portanto, para além das categorias psicológicas – presentes nas incomensuráveis materializações empíricas das interações entre sujeitos sociais – para marcas culturais, para dimensões sócio-econômico-políticas.

Remeto-me, ainda, às mediações inúmeras, presentes no complexo tecido social, qualquer que seja o contexto em que se urdem, mediações que se fazem a partir também de grupos, de instituições sociais e das cada vez mais complexas e sofisticadas opções tecnológicas, que crescem em significado, como objetos fundantes para nossas análises, quando se fazem presentes nos meios de comunicação.

Dessa forma, a(s) investigação(ões) em Psicologia Social prescinde(m), necessariamente, de recorrer a campos outros do saber, na busca de dar conta de uma compreensão da realidade social, das articulações que lhe são peculiares, em que se fazem presentes sujeitos, instituições, segmentos e grupos sociais os mais diversos, construindo subjetividades e fazendo História, interpretando e ressignificando o mundo social e seus integrantes, num processo contínuo, porém não linear.

O pensamento de Tânia Fonseca (1998, p. 37-38) coaduna-se com o que acabo de afirmar: [...] a realidade social e humana, é viva, complexa, dinâmica, contraditória, em contínuo devir. Os objetos de estudo da Psicologia estão em constante transformação.

Com base no que afirma Sílvia Lane (1998, p. 7), diria que o objeto de estudo da Psicologia Social concretiza-se na complexidade da relação dialética unívoca entre objetividade e subjetividade, na construção do psiquismo humano.

Sobre a relação entre objetividade e subjetividade, apóio-me em afirmativa de Ana Mercês Bock (2001, p.34): “a objetividade [constitutiva da realidade material do trabalho e das relações sociais] inclui a subjetividade, porque é produzida por sujeitos concretos, que são, ao mesmo tempo, constituídos social e historicamente”.

Ademais, a compreensão da realidade concreta, historicamente construída, faz-se objetivo último, no meu entender, da Psicologia Social, bem como o desvendamento dos processos constitutivos dessa realidade sócio-histórica.

As interações sociais, nossa categoria primeira de investigação, podem, então, diversificar-se da relativa simplicidade reconhecida em uma diáde, até os processos coletivos.

É elucidativo o que Estramiana (1998, p.116) nos fala:

*“Llamar la atención sobre los procesos colectivos, sobre la importancia de no reducir la psicología social a los aspectos diádicos o individuales del comportamiento. El énfasis de la psicología social psicológica en los procesos intra o interindividuales en detrimento de las relaciones intergrupales, y en los que la estructura social e ideológica ha quedado bien relegada a un segundo plano o simplemente ignorada, constituye un lastre para el estudio de aspectos colectivos del comportamiento humano”.*

Em verdade, penso que lidamos com níveis diferenciados – e não desiguais, em termos de significado para a compreensão do mundo social, ao dirigirmos nosso olhar para relações interpessoais, para os processos intergrupais ou para as articulações interinstitucionais.

### **Crítica e Psicologia e Psicologia Crítica**

Ao deslocar o foco de análise da ênfase nos processos psicológicos individuais e atentar para as

construções sócio-históricas, tomando o ser humano eminentemente como ser histórico e como ser cultural, incluo-me, em verdade, entre aqueles que buscam gestar saberes que se caracterizam pelo que Maria Alice Leme (1989, p. 273) chama de Psicologia Social Sociológica. Diz a autora:

*“Creio que a Psicologia Social Sociológica apresenta uma abordagem congruente com o objetivo primeiro de integrar indivíduo e sociedade. Em nível de metateoria propõe o interacionismo como substituto do individualismo imperante, na medida em que não admite a existência de um indivíduo puramente biológico, pré-social, mas afirma uma interdependência entre os processos psicológicos do indivíduo e suas relações, atividades e produtos como sociedade”.*

Leme aponta, em nível teórico, trabalhos que se incluem na Psicologia Social Sociológica – caracterizada pela autora como europeia –, entre os quais: a Teoria da Identidade Social, produzida por grupo de investigadores liderado por Tajfel, que reflete o aspecto societal do indivíduo por meio do conceito-chave da teoria: identidade social; e a Teoria das Representações Sociais, construída por Serge Morcovici (1978) e seus seguidores, alicerçada no pressuposto do interacionismo: o Homem é construído por e constrói a realidade social em que vive. (LEME, 1989, p. 274)

A Psicologia Social Psicológica é caracterizada por Leme (1989, p. 270) como basicamente experimental, predominante atualmente nos Estados Unidos, fundada em um paradigma que aborda os processos psicológicos a partir de um modelo de processo linear, representado pela equação: a afeta b, que seria inadequado para captar toda a complexidade do sistema cognitivo do indivíduo e do sistema social que se quer conhecer.

Penso que são igualmente esclarecedoras informações apontadas por Bernardes (1998, p. 28-9) sobre os princípios básicos da Psicologia Social Psicológica, na explicação dos fenômenos sociais:

*tratá-los como fenômenos naturais através dos métodos experimentais, sendo que seus modelos explicativos nos remetem sempre, em última instância, a explicações centradas no indivíduo. É o fenômeno da Individualização da Psicologia Social, que Farr (1991; 1994; 1996) tanto refere. Um outro desdobramento desta lógica positivista é o esquecimento ou abandono de determinadas idéias ou autores que foram essenciais nos rumos e projetos*

*da Psicologia Social. Citaremos dois casos: o primeiro é a negação de perspectivas e referenciais Histórico-Críticos. (...) O segundo caso desta influência positivista se refere ao abandono nos Manuais Clássicos do pensamento do filósofo George Herbert Mead e, como parte integrante de seu pensamento, sua teoria do Behaviorismo Social, que é eminentemente uma Psicologia Social.*

É ainda Bernardes (1998, p. 32) que afirma que o indivíduo, centro da análise da Psicologia Social Psicológica, deve ser entendido como uma entidade liberal, autônoma, independente das relações com o contexto social que o cerca e consciente de si.

Assim, a Psicologia Social Psicológica parece reduzir a leis individuais os fenômenos coletivos e sociais. A Psicologia Social Sociológica, por sua vez, parece refletir a relação entre o individual e o coletivo, buscando superar a dicotomia entre tais níveis de análise, não circunscrevendo, assim, as explicações nem ao nível individual nem ao coletivo, mas à relação entre eles.

Assumir e concretizar a postura correspondente aos preceitos da Psicologia Social Sociológica significa participar da disputa com idéias gestadas pela Psicologia Social Psicológica, centradas recorrentemente no indivíduo, em consonância com a hegemonia que este tem assumido nas produções da Psicologia, em detrimento da relação indivíduo e sociedade e sua mútua influência. A propósito, afirma Bock (2001, p. 30):

Quando negamos a naturalidade de nosso desenvolvimento e de uma forma de ser e as afirmamos como sociais e históricas, passamos a ter em nossas atuações uma exigência indispensável: explicitar a direção de nossas intervenções profissionais. Nosso trabalho, como psicólogos, passa a ser visto como ação direcionada e intencionada.

Em verdade, penso que continuamos a conviver, no mundo contemporâneo, com práticas e idéias, em disputa, em constante tensão, advindas dos referenciais teóricos correspondentes à Psicologia Social Psicológica e à Psicologia Social Sociológica.

## Os Caminhos Continuam

Idéias de Bock (2001, p. 34-35; p. 26) ajudam-me a finalizar, tão somente por enquanto, as reflexões, as pistas propostas nestes apontamentos para discussão sobre idéias e práticas em Psicologia Social, quando a autora se refere aos pressupostos que embasam a construção de conhecimento pela Psicologia Sócio-

Histórica, colando sua produção à materialidade do mundo e criando a possibilidade de uma ciência crítica à ideologia até então produzida e uma profissão posicionada a favor de melhores condições de vida, necessárias à saúde psicológica dos Homens de nossa sociedade. (...) Trabalhar para aliviar o sofrimento psicológico das pessoas exigirá do psicólogo um posicionamento ético e político sobre o mundo social e psicológico. A Psicologia Sócio-Histórica pretende, assim, ser crítica, porque posicionada. Exige a definição de uma ética e de uma visão política sobre a realidade na qual se insere o nosso “objeto de trabalho”. Sua forma de pensar a realidade e o mundo psicológico não pode se dissociar dessa perspectiva e da necessidade desse posicionamento.

Nos preceitos fundantes da Psicologia Sócio-Histórica reconheço princípios, que acima procurei apresentar, condensadamente, e que têm orientado minhas práticas, reflexões e investigações, ao longo de trajetória político-acadêmica que tenho forjado e pela qual tenho sido forjada.

Em consonância com tais princípios, é o caminho da crítica e da autocritica, do debate e do questionamento, que pretendo continuar a trilhar. É o caminho de participação na construção do conhecimento em Psicologia Social, processo em constante movimento. É pelo caminho da (re)criação constante do conhecimento – consideradas as peculiaridades dos contextos sócio-históricos –, da criação coletiva do saber em Psicologia Social que me determino a prosseguir, buscando ampliar a compreensão da realidade e contribuir – com a capacidade de indignação em mim pulsante e com meus limites e possibilidades – para a construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária. Uma sociedade, enfim, alicerçada em um projeto ético para a vida social.

Na perspectiva do que ora falo, o sentido que atribuo à Ética está estreitamente calcado nas idéias de Leonardo Boff (2000; 2004), em sua proposta de um Ethos Mundial, em termos de um consenso mínimo entre os humanos, para que possamos sobreviver na Terra. A Ética, segundo Boff (2000), concretiza-se na morada que enraíza, com segurança, o ser humano na realidade, permitindo que nos sintamos bem no mundo. À morada, associam-se hábitos e costumes, para fazê-la e ao meio social sustentáveis, autônomos e habitáveis (ethos/ética) para todos, portanto, bons e produtores de felicidade (p. 35; 38, grifos no original). Associo às idéias de Boff o que diz Frei Betto (2004, p. 02), que aponta o princípio

ético primordial e fundamental – a vida do ser humano, da natureza, do cosmo. Betto fala, outrossim, da responsabilidade ética, que é política, sendo, também, além de social, de caráter cidadã, ambiental e planetária.

Para finalizar, partilho com vocês a utopia que compartilho com Boff, que o teólogo associa ao ethos mundial:

*“manter a humanidade re-unida na mesma Casa Comum, contra aqueles que querem bifurcá-la, fazendo dos diferentes desiguais e dos desiguais dessemelhantes. Em seguida, precisamos potenciar o nicho onde irrompe a ética: a inteligência emocional, o afeto profundo (pathos), donde emergem os valores. Sem sentir o outro em sua dignidade, como semelhante e como próximo, jamais surgirá uma ética humanitária. Depois importa viver, no dia a dia, para além das diferenças culturais, três princípios compreensíveis por todos: o cuidado que protege a vida e a Terra, a cooperação que faz com que dois mais dois sejam cinco e a responsabilidade que zela pelas conseqüências de todas as nossas práticas, para que sejam benfazejas” (2004, p.1).*

Creio ser importante esclarecer que, ao falar de utopia, tenho por base a definição que lhe foi atribuída por Karl Mannheim, em 1929 (Mannheim, 1972; Bobbio et alii, 1999). O autor parte da afirmação de que a mentalidade utópica pressupunha tanto estar em contradição com a realidade vigente, como, igualmente, romper com os ditames da ordem estabelecida. Além disso, a utopia, de acordo com o pensamento de Mannheim, concretiza-se na ação de grupos sociais, transcende o contexto sócio-histórico e orienta a conduta, a ação, para elementos que a realidade presente não contém. É, assim, uma busca de transformar a ordem existente de acordo com as concepções próprias aos grupos sociais que a perseguem. Mannheim considerava, finalmente, ser a utopia inatual, inalcançável, tão somente dentro de uma determinada ordem social já sedimentada.

Versos de Mário Quintana constituem uma interpretação poética da utopia, como a significo:

*Se as coisas são inatingíveis,  
Ora, não é motivo para não quere-las.  
Que tristes os caminhos, se não fora  
A presença distante das estrelas.*

Que a utopia nos incite a prosseguir e a perseguir, sempre e sempre, determinada e apaixonadamente, sonhos a realizar.

Penso que, na amplitude desse sonho, vislumbro a possibilidade de uma metamorfose do próprio objeto da Psicologia Social, que aponto para vocês, através de versos do poeta Ferreira Gullar:

*São coisas todas  
cotidianas, como bocas  
e mãos, sonhos, greves  
denúncias, acidentes de  
trabalho e do amor, coisas  
de que falam os jornais, às vezes  
tão rudes, às vezes tão escuras  
Que mesmo a poesia as ilumina  
com dificuldade.  
Mas é nelas que te vejo pulsando,  
mundo novo,  
ainda em estado de soluções  
e esperança.*

Ao compartilhar esses sonhos, quero partilhar a esperança com o(a) leitor(a) e convidar aqueles(as) que porventura me leiam, a contribuir, cada um(a) e todos nós, para tornar os sonhos possíveis, sonhos coletivos, na incansável e interminável construção da História Social Humana!

## Referências

- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERNARDES, J. S. História. In: JACQUES, M. G. C. et al. *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 19-35.
- BETTO, Frei. *Ética nos negócios*. Disponível em: <<http://www.adital.com.br>>. Acesso em: 21 ago. 2004.
- BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-35.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BOFF, L. *A era de ética*. Disponível em: <<http://www.adital.com.br>>. Acesso em: 21 ago. 2004.
- BOFF, L. *Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília, DF: Letraviva, 2000.
- CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto 2: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto 3: o mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CORDEIRO, A. C. F.; PINHEIRO, A. A. A. 18 anos do Nucepec: uma análise do percurso histórico e da (re)construção cotidiana. In: LUSTOSA, P. et al. *Práxis em psicologia: contribuições do Nucepec, PET-Psicologia e do Nucom*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2002. p.17-38.
- ESTRAMIANA, J. L. A. *Psicología social: perspectivas teóricas y metodológicas*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1998.
- FONSECA, T. M. G. Epistemologia. In: JACQUES, M. G. C. et al. *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 36-48.
- GONÇALVES, M. G. M.; BOCK, A. M. B. Indivíduo-sociedade: uma relação importante na Psicologia Social. In: BOCK, A. M. B. (Org.). *A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 41-99.
- LANE, S. T. M. Prefácio. In: JACQUES, M. G. C. et al. *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 7-8.
- LEME, M. A. V. S. Caminhos e descaminhos da psicologia social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 269-276, 1989.
- LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: MERLIEÉ, D. et al. (Org.) *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59-106.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MARTIN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. *Boletim de Psicologia UCA*, São Paulo, v. 3, n. 17, p. 99-112, jun. 1989.
- MOSCOVICI, S. Prefácio. In: JOVCHELOVITICH, S.; GUARESCHI, P. (Org.). *Textos em representação social*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 7-16.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PINHEIRO, A. A. A. *A criança e o adolescente no cenário da redemocratização: representações sociais em*



disputa. 2001. 320 f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

PINHEIRO, A. A. A.; GUIMARÃES, T. A.; NASCIMENTO, V. S. NUCEPEC: Uma história de dez anos de atuação na área da infância e da adolescência. In: NUCEPEC. *Infância e adolescência em discussão*. Fortaleza: UFC/CBIA, 1994. p. 9-29.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. Lisboa: Antídoto, 1979.

Data do Aceite: **2005**.